

Presidente defende Mendonça de Barros

Humberto Pradera

Em alusão indireta ao Ministério Público, Fernando Henrique condena MP e ataca o que chamou de "velhas oligarquias"

O presidente Fernando Henrique Cardoso criticou ontem as insinuações dos opositores ao Governo de que membros de sua equipe estão envolvidos em atos de corrupção. A base moral do Estado, segundo ele, não pode ser posta em discussão na prática, o que não inviabiliza as críticas. "Não podemos aceitar, a todo instante, insinuações contra a base moral do Estado, contra a base moral dos funcionários e dos gestores e dos que governam, a menos que haja, efetivamente, algo concreto", disse o Presidente na cerimônia de apresentação do Plano Plurianual 2000/2003, no Ministério de Orçamento e Gestão.

A irritação do Presidente teve endereço certo: a Procuradoria Geral da República do Rio de Janeiro, que denunciou atuais e ex-membros de sua equipe de Governo ao Ministério Público por supostamente terem tentado beneficiar o consórcio Opportunity no leilão de privatização da Telebrás, em julho do ano passado. Entre os denunciados no processo estão o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, o ex-presidente do BNDES Andre Lara Resende e o atual ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, que apresentou o Plano Plurianual (PPA) antes do discurso do Presidente.

Ao lado de Parente e do ministro

da Fazenda, Pedro Malan, o Presidente disse que se houver uma prova de que há corrupção no Governo, o funcionário público deve ser afastado do cargo e punido. Porém, ele considera necessário recuperar a "dignidade do servidor público", o que acha fundamental para "afastar as teias do passado que, ao confundir alhos com bugalhos, nada mais fazem do que pretender impedir que haja uma transformação maior na estrutura do Estado".

Ao defender a ação dos ex-auxiliares no leilão da Telebrás, Fernando Henrique disse que um "gestor público" não pode ficar preso a regras burocráticas. "Não é possível mais que um gestor - público ou privado - seja preso numa camisa de força de regras burocráticas e que, depois, tenha que prestar contas dos crimes que não praticou", disse. Mendonça de Barros argumenta que interferiu no processo do leilão para conseguir melhor preço e qualidade técnica dos serviços de telefonia. Segundo o Presidente, um gestor não pode ser acusado apenas porque, "visando o interesse público", deixou de cumprir "uma formalidade".

Para ele, os tribunais de contas estão mudando para acompanhar o desenvolvimento da administração pública e não para julgar se "a norma foi ou não atendida na sua formalidade". "É fundamental para que o Brasil se transforme, como está se transformando, numa sociedade democrática, mais moderna, que não esteja todo o tempo sendo emperrado por hipócritas que utilizam, muitas vezes, o elemento formal para dar a impressão de que estão, realmente, criticando a ação do Estado ou a ação do Governo", disse.



Parente, Fernando Henrique e Malan: "Passado que beneficiou oligarquias não vai voltar"

Numa referência às críticas dos empresários ao modelo econômico do Governo, Fernando Henrique lamentou que eles ainda estejam confundindo "um projeto bom para o Brasil" com a "defesa do passado" onde, segundo ele, existia um "Estado guarda-chuva" com subsídios, taxas de juros subsidiadas, reserva de mercado e "lucros fáceis". "Esta época acabou. As oligarquias industriais ou financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil estão chorando por um passado do qual já foram beneficiárias e que não vai voltar porque nós temos que ter um futuro que beneficie o povo e não os setores que se acastelaram na vida pública".

O setor público, segundo ele, precisa agir como regulador das ações do setor privado. O Estado, na opinião do Presidente, precisa

ser capaz de regular, de fiscalizar e defender o cidadão. Por isso, ele defendeu uma reforma do Estado. "Quantas vezes vejo, de mentes desavisadas, a cobrança sobre a reforma do Estado, confundindo a reforma do Estado com a diminuição do número de funcionários, como se essa fosse a grande questão, quando não é". Para o Presidente, está havendo uma "revolução" na administração pública. Essa reforma, observa, é possível porque há uma "afinidade eletiva" - termo de Wolfgang Goethe - entre os ministérios da Fazenda e o do Orçamento e Gestão.

Fernando Henrique disse que o ministro Pedro Parente resolveu um "dilema histórico" ao mencionar a "gestão empreendedora" na exposição que fez sobre o PPA. Na teoria clássica, segundo o Presiden-

te, gestão se opunha a empreendimento. "A administração, na teoria clássica, é rotina, é aplicação da norma já consagrada. O administrador é quem aplica a norma e o empreendedor é quem inova. Isto era. Não é mais". Além disso, afirmou, imaginava-se que o administrador era "o burocrata" e o empresário o "antiburocrata". "Os setores mais atrasados ainda pensam que bem administrar e bem governar é bater na mesa e dar um murro, porque estão pensando: Ah, é a moda antiga". Mas hoje o empresário, na opinião do Presidente, é o organizador, o que lidera, o motivador e o que tem visão estratégica.

MÁRCIA GOMES

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

LEIA SOBRE O PLANO PLURIANUAL NA PÁGINA 5